

# Bons sinais no mercado de trabalho

O desemprego nas seis principais regiões metropolitanas, em janeiro, foi praticamente igual ao de um ano antes. Houve apenas uma pequena variação, de 7,7% para 7,6% da população economicamente ativa. A economia foi capaz, portanto, de criar empregos suficientes, nessas áreas, para compensar o aumento de pessoas em busca de trabalho. Não há como festejar o desemprego acima de 7%, mas, assim mesmo, é preciso reconhecer alguns dados animadores. Um ano depois, o Brasil pouco se parece com aquele país da crise cambial, muito próximo, segundo as avaliações daquele momento, de afundar na recessão e na inflação. Nenhuma das piores previsões se confirmou. O desemprego já estava em alta no segundo semestre de 1998. O quadro de 1999, embora ruim, foi menos desastroso do que se estimou no começo do ano, porque o nível de atividade, afinal, foi superior ao previsto. Em vez de uma contração de até 4% do Produto Interno Bruto (PIB), houve um crescimento, segundo a primeira estimativa, de 0,8%.

Em janeiro de 2000, havia nas regiões metropolitanas de São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre 16,13 milhões de pessoas ocupadas, 433 mil a mais do que um ano antes. Cerca de 80% dessas pessoas encontraram ocupação no setor de serviços, onde o número de postos de trabalho cresceu 3,9%. Mas também houve aumento razoável, de 2,2%, na indústria de transformação, com a admissão de 59,53 mil pessoas. No Brasil, os empregos industriais ainda são, em geral, de melhor qualidade que os do setor de serviços.

Os trabalhadores na indústria dispõem, normalmente, de maior proteção legal e de melhores condições de assistência. A palavra serviços, no caso brasileiro, recobre tanto alguns setores tecnologicamente avançados quanto o trabalho doméstico e outras atividades pouco sujeitas a controle oficial e à intervenção de sindicatos. No mês passado, o número de empregados com carteira assinada era 0,8% maior que o de um ano antes. O de assalaria-

dos sem registro era 8% maior.

O descompasso se explica pela distribuição dos novos empregos entre os setores. No setor de serviços foram abertos 342 mil postos, enquanto na indústria foram criados 59,5 mil. A diferença se observa também na remuneração: 6,4 salários mínimos, em média, para o trabalhador industrial, e 5,5 para o empregado nos serviços. A distância é ainda maior quando se confronta o conjunto dos trabalhadores registrados com os sem registro: 5,8 salários mínimos, em média, para os primeiros, e 4,4 para os demais.

O IBGE divulgou ainda outro dado positivo sobre a indústria: por três meses consecutivos o setor apresentou números de emprego melhores que os de um ano antes. A tendência é semelhante àquela apontada pelas federações industriais da maior parte dos Estados.

Algumas conclusões parecem inevitáveis. Os defenso-

res da redução (ou "flexibilização") dos direitos trabalhistas vêm sendo um tanto precipitados.

Quando há demanda para seus produtos, a indústria se dispõe a contratar pessoal com registro e com a garantia de todos os direitos sociais. A redução do emprego industrial, observada em prazo mais longo, tem pouca ou nenhuma relação com o custo da mão-

de-obra no Brasil. Essa tendência é mundial e ocorre em países com diferentes padrões salariais e diferentes garantias trabalhistas. Dado

um padrão tecnológico, porém, a indústria contratará a mão-de-obra necessária para atender a seus negócios.

A tendência à "informalidade" está longe de ser uma fatalidade econômica. Verifica-se mais claramente em setores pouco expostos a controle, como o de serviços de baixa remuneração. Um pouco mais de fiscalização poderia atenuar essa "tendência histórica".

**O salário continua a ser maior nos empregos com registro em carteira**